

## O direito humano à alimentação: contribuições de experiências multimétodos

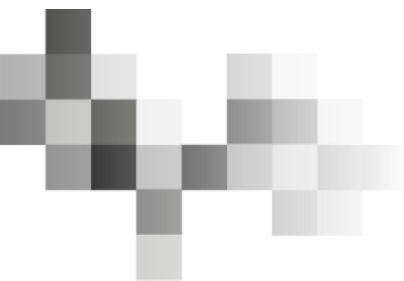
Lúcia Dias da Silva Guerra<sup>1</sup>, Leonardo Carnut<sup>2</sup>, André Luzzi de Campos<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Centro Universitário Anhanguera, Centro de Pesquisas e Estudos em Direito Sanitário, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, Brasil. [luciadsguerra@usp.br](mailto:luciadsguerra@usp.br)

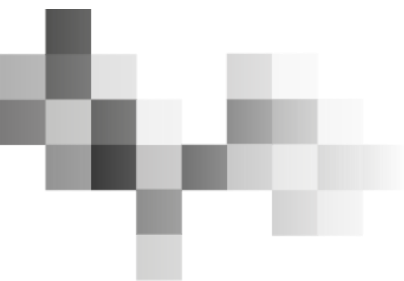
<sup>2</sup> Centro do Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS), Universidade Federal de São Paulo, Brasil. [leonardo.carnut@gmail.com](mailto:leonardo.carnut@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade de São Paulo, Brasil. [luzzi@usp.br](mailto:luzzi@usp.br)

**Resumo.** A investigação qualitativa pode ser utilizada para compreender a expressão concreta dos direitos sociais, especialmente do direito humano à alimentação (DHA). As metodologias qualitativas possibilitam caracterizar a diversidade de compreensão e o seu uso multimétodos ajuda no entendimento do DHA na sua totalidade. Neste sentido, no contexto contemporâneo, é fundamental a criação de espaços cada vez mais ampliados para debater a investigação qualitativa junto às temáticas candentes que envolvem os direitos humanos. Este painel se propõe a debater a investigação qualitativa oferecendo novas perspectivas e experiências investigativas multimétodos para compreender o direito humano à alimentação. Para isso, serão apresentadas no painel três experiências: 1. Etnografia de um estudo comparado Brasil-Moçambique e o uso de recursos audiovisuais; 2. Análise histórico-normativa, revisão integrativa, entrevistas e grupos focais como métodos da pesquisa qualitativa; 3. Formação política em saúde, com o uso da educação alimentar e nutricional para a classe trabalhadora. Este painel fundamenta-se nas contribuições que a investigação qualitativa pode trazer através do estudo e melhora da situação do DHA no Brasil, tendo como base de análise a construção histórica dos direitos humanos e a sua derrocada no contexto brasileiro, conforme apresentado a seguir. Os direitos humanos estão firmados na Declaração dos Direitos Humanos proclamada em 10 de dezembro de 1948. Embora não seja um documento que representa obrigatoriedade legal, ela foi assinada por 48 nações membros da Organização das Nações Unidas (ONU), inclusive o Brasil, e serviu como base para dois importantes tratados sobre direitos humanos da ONU de força legal: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC (Bobbio, 1992), sendo este último muito importante para a construção do reconhecimento e das garantias do direito humano à alimentação no Brasil (Abrandh, 2013). O Estado de Direito brasileiro reconhece e protege em sua Constituição (1988): os direitos individuais, civis, políticos e sociais, conforme descrito no Art. 6º; que a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 64, em 4 de fevereiro de 2010, reconhece também a alimentação como um direito social. Assim, considera-se a alimentação como o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitam os aspectos ambientais, culturais, econômicos e sociais (Brasil, 2006). Por essa razão, assegurar a alimentação significa assegurar o direito elementar à vida (Maluf, 2009). As violações deste direito podem ser identificadas através de situações de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) como: fome, obesidade, doenças associadas à alimentação inadequada, consumo de alimentos prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente, bens essenciais com preços abusivos e imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural (Brasil, 2006). No entanto, são os dados de estudos epidemiológicos realizados em diferentes regiões do mundo que têm subsidiado a identificação da situação de IAN entre populações, bem como as características das pessoas que mais vivenciam a violação do DHA. Estes dados mostram que são pessoas de origem



latina (Kersey & Cutts, 2007), com cor da pele preta ou parda (Kaiser et al. 2013), com baixa escolaridade (Carter et al., 2010) e renda baixa (Cutler-Triggs et al., 2008) e com uma alimentação inadequada (Rosas et al., 2009; Shoae et al., 2007). Porém, a expressão da IAN e a garantia do DHA está para além dos aspectos biológicos, nutricionais e epidemiológicos; perpassa pelas desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero, a operacionalização de políticas sociais de enfrentamento à falta de acesso e à disponibilidade aos alimentos saudáveis, a regulação da comunicação (mídia e marketing) para o consumo de alimentos de qualidade nutricional inadequados, as consequências das doenças e os agravos que se reverberam no comprometimento das condições de saúde (Rocha et al., 2013). Assim, é na investigação qualitativa que encontramos métodos e elementos para problematizar e compreender como o DHA pode ser efetivado na vida das pessoas. A alimentação e a nutrição adequadas são requisitos básicos para promoção e proteção da saúde e possui em sua essência a discussão de garantia a vida e a cidadania, conectadas a realidade social das pessoas (Nunes, 2008; Arruda & Arruda, 1994). O direito humano à alimentação é um direito de todos os cidadãos a ser garantido por meio de políticas de SAN, que por sua vez, são uma responsabilidade do Estado e da sociedade (Valente, 2003). Os direitos humanos, a democracia, o Estado de Direito e a gestão pública são componentes da Diretriz nº 1 proposta pela Organização das Nações para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2015), que sugere um conjunto de diretrizes voluntárias em apoio à realização progressiva do DHA no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nacional. Neste sentido, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) constitui um suporte essencial que integra diferentes abordagens para a promoção da saúde, especificamente para ações de promoção da SAN, principalmente, em países de baixa e média renda afetados pelas desigualdades sociais em saúde (McNulty, 2013). Contudo, são nestes países que há a tendência de constantes ajustes estruturais neoliberais e a valorização de políticas comerciais que explicitam o controle do sistema alimentar mundial por corporações agroalimentares e transnacionais e onde, cada vez mais, concentram-se o domínio da terra, da produção e da distribuição de alimentos, e limitam o poder de escolha das pessoas (Haddad et al., 2016). No Brasil foram criadas políticas públicas que visam desde o reconhecimento até a construção de garantias jurídicas, programáticas, orçamentárias e democráticas para a efetivação do DHA, como por exemplo, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). A PNSAN busca alcançar outros direitos sociais, em dimensões historicamente desafiadoras no cenário brasileiro, como a geração de emprego e renda, moradia, saneamento básico, a diminuição das desigualdades, a produção de alimentos que favoreça a construção de um sistema alimentar mais justo e sustentável para os produtores, comerciantes e toda a população (BRASIL, 2006). Visto que, as garantias e a efetivação dos direitos sociais passam pelo Estado, pela forma como ele se organiza e se relaciona para a implementação de políticas públicas, programas, ações e serviços. O Brasil tem sido um Estado que elucida cada vez mais a sua natureza, mediante os retrocessos e desmontes significativos pós golpe em 2016, para a área da SAN e da garantia do DHA no Brasil. Estes retrocessos e desmontes se agudizaram ao longo de 2016 e prolongam-se em 2019, com os cortes no orçamento destinado ao desenvolvimento das políticas de SAN, realizados pelo governo Temer. E, o atual governo brasileiro, Jair Bolsonaro, no início do ano de 2019, estabelece a Medida Provisória nº 870, de 01 de janeiro de 2019, que extingue o Ministério de Desenvolvimento Social, secretarias ligadas à agricultura familiar, ao desenvolvimento agrário, à aquicultura e à pesca, e também o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Com esta medida reafirma-se o retrocesso social e político para a garantia e efetivação do DHA no Brasil, com destaque para a extinção de um órgão importante de participação e controle social, com função de assessorar a Presidência da República na formulação, execução, monitoramento e avaliação da PNSAN. Neste sentido, a questão da alimentação, dos problemas alimentares e seus desdobramentos políticos no mundo contemporâneos constitui um terreno fértil para a investigação qualitativa. Visto que, as ciências humanas e sociais oferecem o aporte teórico e



analítico necessário para compreensão dessas dinâmicas sociais, econômicas e políticas em sua totalidade.

**Palavras-Chave:** Pesquisa Qualitativa, Direito Humano à Alimentação, Direitos Sociais, Segurança Alimentar e Nutricional, Educação Alimentar e Nutricional.

### Referências

Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. (2013). *O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília.

Arruda, I.K.G., & Arruda, B.K.G. (1994). *Nutrição e Desenvolvimento*. Cad. Saúde Pública, 10, 392-397.

Bauer, M.W. & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Rio de Janeiro, Vozes. p. 393-415.

Biklen, S.K. & Bogdan, R. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal, Porto editora.

Bobbio, N. (1992). *A era dos direitos*. Rio de Janeiro, Campus. p. 15- 24.

Brasil. (2006). *Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências*. Brasília, Diário Oficial da União.

Carter, K.N., Lanumata, T., Kruse, K., & Gorton, D. (2010). *What are the determinants of food insecurity in New Zealand and does this differ for males and females?* Aust NZ J Public Health, 34, 602-608.

Cutler-Triggs, C., Fryer, G.E., Miyoshi, T.J., & Weitzman, M. (2008). Increased rates and severity of child and adult food insecurity in households with adult smokers. *Arch Pediatr Adolesc Med.*, 162, 1056-1062.

Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2015). *O direito à alimentação. Diretrizes voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional*. Roma, FAO-ONU.

Guerra, I.C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso*. Portugal: Principia.

Haddad, L., Hawkes, C., Webb, P., Thomas, S., Beddington, J., Waage, J., & Flynn, D. (2016). *A new global research agenda for food*. Nature, 540, 30-32.

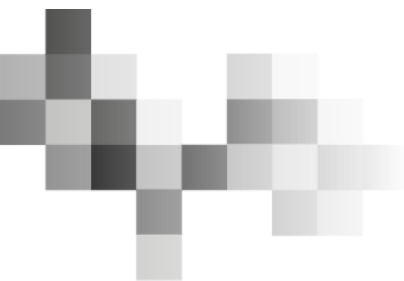
Kaiser, L.L., Melgar-Quiñonez, H.R., Townsend, M.S., Nicholson, Y., Fuji, M.L., Martin, A.C. et al.(2013). *Food insecurity and food supplies in Latino households with young children*. J Nutr Educ Behav, 35, 148-153.

Kersey, M., Geppert, J., & Cutts, D.B. (2007). *Hunger in young children of Mexican immigrant families*. Public Health Nutr, 10, 390-395.

Maluf, R.S. (2009). *Segurança Alimentar e Nutricional*. Rio de Janeiro, Vozes.

McNulty, J. (2013). *Promoting healthy diets through nutrition education and changes in the food environment: an international review of actions and their effectiveness*. Roma, FAO.

Nunes, M.S. (2008). *O direito fundamental à alimentação e o princípio da segurança*. Rio de Janeiro, Elsevier.



Poupart, J., Deslauriers, JP., Groulx, LH., Laperrière, A., Mayer, R., Pires, A.P. (2008). *A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. São Paulo, Vozes.

Rocha, C., Burlandy, L., & Magalhães, R. (2013). *Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. Rio de Janeiro, Fiocruz.

Rosas, L.G., Harley, K., Fernald, L.C.H., Guendelman, S., Mejia, F., Neufeld, L.M., & Eskenazi, B. (2009). *Dietary associations of household food insecurity among children of Mexican descent: results of a binational study*. *J Am Diet Assoc.*, 109, 2001-2009.

Shoae, N.Z., Omidvar, N., Ghazi-Tabatabaie, M., Rad, A.H., Fallah, H., & Mehrabi, Y. (2007). *Is the adapted Radimer/Cornell questionnaire valid to measure food insecurity of urban households in Tehran, Iran?* *Public Health Nutr*, 10, 855–861.

Valente, F.L.S. (2003). Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. *Revista Saúde e Sociedade*, 12, 51-60.

**Recursos Necessários:** Sala com computador, vídeo projetor, internet, caixa de som, microfone, mesa grande com quatro cadeiras para palestrantes, ponteira para passar os slides.

### Proposta de organização do painel de discussão

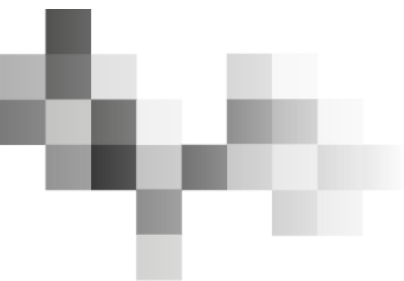
#### 1- Breve contextualização do tema

A pesquisa qualitativa tem sido utilizada para a investigação dos direitos sociais e sua expressão concreta na operacionalização das políticas públicas enquanto garantias programáticas e na efetivação desses direitos, especialmente do direito humano à alimentação. A alimentação é um direito humano fundamental inerente à dignidade humana. No Brasil, o direito à alimentação é reconhecido como um direito social assegurado na Constituição, conjuntamente com a saúde, educação, moradia, trabalho, lazer, a assistência aos desamparados e dentre outros. O direito humano à alimentação adequada está garantido em leis e políticas públicas, essencialmente as de segurança alimentar e nutricional, que funcionam como dispositivos de governo cujo objetivo é à efetivação desse direito, principalmente, por meio de programas e ações de saúde e alimentação. Contudo, ainda persistem desafios para investigação qualitativa que busquem compreender esse direito na sua totalidade. Assim, torna-se necessária a construção de investigações qualitativas multimétodos que busquem a localização histórico-normativa, a identificação desta temática na literatura científica, bem como o resgate de potenciais espaços de ações coletivas, de agentes a serem envolvidos e o conhecimento de territórios onde essas ações possam se construir.

#### 2- Objetivos

- a) Debater sobre a investigação qualitativa que aborda a temática da alimentação, dando o enfoque para o direito humano à alimentação;
- b) Contribuir para a compreensão de teorias e conceitos nas áreas das ciências humanas e sociais sobre a alimentação e relacioná-las com a temática do direito humano à alimentação;
- c) Oferecer novas perspectivas e experiências investigativas multimétodos com a temática do direito humano à alimentação.

#### 3- Dinâmica/estratégia



a. Apresentação (Dinâmica de Grupo)

O painel terá início pela apresentação de cada membro do grupo de painalista que apresentará a sua filiação e explicitará a sua aproximação com a temática. Neste momento também será apresentada a temática e os propósitos do painel. (10min)

b. Exposição Teórica do tema

Faremos uma sistematização, via powerpoint, dos principais conceitos teóricos e estratégias metodológicas utilizadas nas experiências de pesquisa realizadas pelos facilitadores acerca do direito humano à alimentação.

Essa exposição tem lugar a partir de dois eixos complementares: um mais geral acerca da investigação qualitativa que aborda a temática da alimentação, os aparatos teóricos e conceituais utilizados pelas ciências humanas e sociais para compreender essa temática, e a ênfase nos desafios teórico-metodológicos e nas alternativas de investigação para este tema; e um outro que contextualize o campo o direito humano à alimentação dentro da educação política.

Os conteúdos a serem desenvolvidos nesse momento do painel abordam diferentes configurações metodológicas que buscam compreender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas envolvidas nos arranjos produtivos contemporâneas e nas repercussões específicas que afetam o direito humano à alimentação das pessoas. Para isso serão apresentadas as contribuições de investigações qualitativas multimétodos que utilizaram a alimentação como temática em diferentes contextos, com o intuito de tecer análises e interpretações sobre o direito humano à alimentação.

- Conteúdo 1. Etnografia de um estudo comparado Brasil-Moçambique e o uso de recursos audiovisuais para a compreensão do direito humano à alimentação

André Luzzi - 15 min

- Conteúdo 2. Análise histórico-normativa e o uso de entrevistas e grupos focais na investigação qualitativa para a compreensão do direito humano à alimentação

Lúcia Guerra - 15 min

- Conteúdo 3. Sistematização e síntese do conhecimento através de revisões da literatura que envolvem a temática do direito humano à alimentação

Lúcia Guerra - 15 min

- Conteúdo 4. Investigação qualitativa em educação política, o uso da educação alimentar e nutricional para a classe trabalhadora

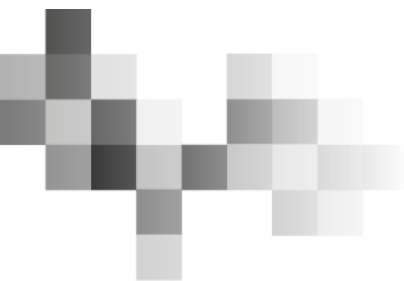
Leonardo Carnut - 15 min

c. Aplicação em outros contextos

A discussão, análise e as novas perspectivas e experiências investigativas multimétodos que serão compartilhadas no formato painel demonstrarão as possibilidades de aplicação em diversos contextos de pesquisa e educação política.

Assim, os participantes poderão utilizar os resultados de caracterização da investigação qualitativa sobre o direito humano à alimentação sistematizados coletivamente no painel para suas atividades de docência, pesquisa, e movimentos organizados de trabalhadores interessados em compreender os desafios metodológicos e perspectivas teóricas que envolvem essa temática.

d. Discussão



Haverá um debate de 25 min entre os componentes do painel, com a mediação de um dos componentes da mesa e depois será aberto ao público 20 min para a discussão em grande roda.

A grande roda – roda de conversa - prioriza discussões em torno de uma temática e, no processo dialógico, as pessoas podem apresentar suas elaborações, mesmo contraditórias, sendo que cada pessoa instiga a outra a falar, sendo possível se posicionar e ouvir o posicionamento do outro. Destarte, ao mesmo tempo em que as pessoas falam suas histórias, buscam compreendê-las por meio do exercício de pensar compartilhado, o qual possibilita a significação dos acontecimentos.

#### **4- Aplicação da proposta na realidade/exemplos práticos**

Serão apresentadas as experiências investigativas multimétodos de pesquisa, além de experiências de ações coletivas de educação política e de divulgação de mídia aberta realizadas, respectivamente, pelo *Curso de Formação Política em Saúde* e a *Tv Alimentação e Poder*.

##### *Curso de Formação Política em Saúde*

O Curso de Formação Política em Saúde foi criado no ano de 2017. Este curso tornou-se uma forma de arregimentar forças para unificar a classe trabalhadora na área da saúde compreendendo a educação política como elemento primordial a tarefa de tal envergadura. O curso é realizado na sede da Associação Paulista de Saúde Pública (APSP), na cidade de São Paulo, Brasil. Ele é composto por três módulos de cinco encontros cada. Estes módulos são ofertados em formatos extensivo e intensivo, durando desde uma semana até 2 (dois) meses a depender do calendário de encontros. Durante o curso, desde o seu início, ocorre o momento de educação alimentar e nutricional ao longo das pausas para leitura. A experiência deste espaço de comensalidade construído em conjunto com os sujeitos de pesquisa dentro do próprio curso, possibilita que os militantes se conheçam e circulem informações e afetos através do alimentar-se, ou seja, fazem política em ato.

##### *TV Alimentação e Poder*

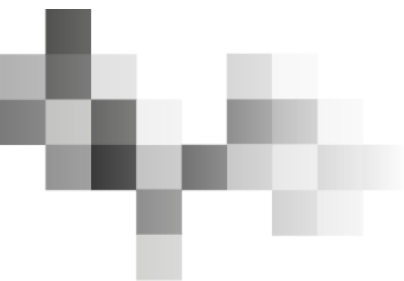
A TV Alimentação e Poder que tem como objetivo produzir uma web série de 08 programas de até 15 minutos com caráter (in)formativo abordando aspectos relacionados ao Direito Humano à Alimentação Adequada e à Soberania Alimentar, isto é, o direito dos povos decidirem sobre as suas próprias políticas de segurança alimentar e nutricional. Na primeira temporada os temas são: Soberania Alimentar e relações campo e cidade; As corporações nacionais e internacionais na área da agricultura e alimentação; Alimentação escolar sustentável; Agricultura urbana de base agroecológica; Gestão dos Recursos Hídricos; Diversidade e o Direito Humano à Alimentação (gênero, etnia, origem, orientação sexual, entre outras); Alimentação e Pessoas privadas de liberdade; Cultura Alimentar, Memória e Patrimônio. A web série é veiculada no Youtube e todos podem acompanhar a produção pelo Facebook Soberania Alimentar.

#### **5- Resultados esperados**

Espera-se com este painel elucidar e despertar os participantes para o debate da investigação qualitativa multimétodos em direitos sociais (especialmente, o direito humano à alimentação), enquanto forma de enfrentamento e resistência; demonstrar a relevância da investigação qualitativa alicerçadas em teorias e conceitos das ciências humanas e sociais, para a formação política e a construção de novas perspectivas de educação e uso recursos audiovisuais em mídias abertas.

#### **Notas biográficas**

**Lúcia Dias da Silva Guerra.** Professora do Curso de Nutrição do Centro Universitário Anhanguera. Doutora em Ciências pelo Programa de Nutrição em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Brasil. Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da



Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil. Nutricionista pela Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Mato Grosso. Membro do Grupo de Pesquisa Democracia, Saúde e Ambiente - DemSA. Experiência como pesquisadora e docente na área da alimentação e nutrição, com enfoque na discussão crítica e política da Segurança Alimentar e Nutricional, e do Direito Humano à Alimentação Adequada.

**Leonardo Carnut.** Professor Adjunto Centro do Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS), Universidade Federal de São Paulo. Pós Doutor em Ciências Sociais e Humanas em Saúde, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Cientista Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Coordenador e facilitador do Coletivo 'Formação Política em Saúde' da Associação Paulista de Saúde Pública (APSP). Membro do Grupo de Pesquisa Democracia, Saúde e Ambiente - DemSA. Experiência com produção de coletivos e formação política de profissionais de diversas áreas do conhecimento, principalmente na área de ciências sociais e humanas em saúde.

**André Luzzi de Campos.** Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Brasil. Mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Graduado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica. Membro do Grupo de Pesquisa Democracia, Saúde e Ambiente - DemSA. Experiência com produção de coletivos, educação popular e atuação em movimentos sociais para o direito humano à alimentação.

